

57
#ch

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

11^a

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Antero Augusto Neto Lopes, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e um membros dos quarenta e três que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Sandra Carina Cardoso Teixeira Sampaio Mesquita, Ester de Fátima Parra Martins, Antero Augusto Neto Lopes, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilarça, Armando do Nascimento Cordeiro, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Filipa Isabel Serafim Martins, José dos Santos Carrasco, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, António Augusto Gonçalves, Cláudio Rafael Gouveia Pires em substituição do Senhor Vitor Manuel Purrulo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, António Luis Bernardo Martins, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, António dos Santos Aleixo, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Martinho do Nascimento Major, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa Reis, António Cândido Batista Cordeiro, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vitor Manuel de Oliveira Coelho, António José Marcos, Américo Rodrigues, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel Maria Sousa, Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Não apresentaram justificação os membros José Maria Preto e José Carlos Ferreira Lopes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 30 de setembro de 2015 – Apreciação e Deliberação.*-----

-----1.2 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----1.3 *Período de Intervenção do Público.*-----

-----1.4 *Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.*-----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*-----

-----2.2 *Apresentação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o Exercício de 2016” – Análise e deliberação.* -----

-----2.3 *Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS 2016 - Análise e deliberação.* -----

-----2.4 *Construção da Variante da Zona Industrial ao IC5 – Aprovação do Projeto de Alterações – Declaração de Interesse Público Municipal para Efeitos de Ocupação de Áreas da REN - Reserva Ecológica Nacional – Análise e deliberação.* -----

-----2.5 *Reconhecimento de Interesse Público Municipal (Decreto-Lei N.º 165/14, de 05 de Novembro) – Análise e deliberação.* -----

-----2.6 *Regulamento Municipal de Funcionamento da Universidade Sénior em Mogadouro – Análise e deliberação.* -----

-----2.7 *Apoios Concedidos às Freguesias/Uniãos de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Pedido e Apoio Concedido à Junta de Freguesia de Vale da Madre de Tinta para Pintar o Cemitério, o Antigo Depósito de Água e a Escola Primária - Para conhecimento.*-----

-----2.8 *Mapa de Compromissos Plurianuais - Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos - Para conhecimento.* -----

-----3. *Outros assuntos.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e cumprimentou todos os presentes. -----

-----O Presidente da Assembleia apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 30 de setembro de 2015 – Apreciação e Deliberação.*-----

► **DANIEL RIBEIRO** usou da palavra e disse “é a primeira vez que venho aqui fazer este tipo de reparo mas da leitura da ata não pude deixar de verificar que na página 229 na minha intervenção logo no início eu disse o seguinte: tenho perguntado amiúde, e não a miúdo, portanto há que

substituir a miúdo por amiúde e no fim da intervenção no último parágrafo a miúde não é desta forma que se escreve, mas sim tudo junto.”-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vou colocar a ata a votação. -----

-----A ata foi aprovada por unanimidade, com esta correção. -----

-----A propósito da ata na sessão anterior foram aqui produzidas algumas incorreções que segundo a nossa secretária da Assembleia não correspondem à verdade, aconselho o senhor Cordeiro e o senhor Ilídio Martins a falar com a secretária no final da sessão. -----

----- Vamos passar ao ponto 1.2-----

-----**1.2 Informação da Correspondência Recebida e Expedida.**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que foi dado conhecimento de toda a correspondência recebida e expedida. -----

-----Passou ao ponto 1.3 -----

-----**1.3 Período de Intervenção do Público.**-----

-----Temos aqui um pedido de intervenção do senhor Jaime Luis Amaro Nogueira que ao abrigo do regimento e na qualidade de público pretende fazer uma intervenção. -----

► **JAIME NOGUEIRA** usou da palavra e disse: “*muito bom dia a todos. Em primeiro lugar quero cumprimentar o senhor Presidente da Mesa da Assembleia e todos os demais presentes. Infelizmente vejo-me na obrigação de aqui voltar, por forma a esclarecer e sendo que houve desenvolvimentos, que temo não terem sido devidamente publicitados pelo Executivo. E mais uma vez o assunto que me traz aqui é o concurso da 3ª fase da zona industrial. Tomei conhecimento que os novos advogados da Câmara apresentaram uma nota de honorários no valor de € 74.900,00 pelos trabalhos executados no processo relativo à 3ª fase da zona industrial. Acho que os mogadorenses merecem saber que desde o início do processo que a Jaime Nogueira & Filhos sempre se mostrou disponível para negociar com o Município, alertando sempre que a ilegalidade do concurso era flagrante, tal como veio a decidir o tribunal. A nossa preocupação sempre foi a manutenção dos postos de trabalho. O nosso objetivo era ganhar a obra para manter a empresa em funcionamento. Nunca foi nossa intenção prejudicar o Município. Se se chegou à circunstância em que nos encontramos o único responsável é o atual Executivo Municipal, que nunca mostrou abertura nem disponibilidade para o entendimento, muito pelo contrário. De que serve aos munícipes atrasar a resolução de uma questão que a Câmara sabe não ter razão? De que serve gastar 75 mil euros em honorários quando se terá de pagar na mesma uma indemnização? Indemnização que será, e que já era, para os trabalhadores da Jaime Nogueira. Aproveito ainda para informar a Assembleia que o recurso intentado pela Jaime Nogueira no Supremo Tribunal Administrativo nos foi favorável. Penso que o Executivo ainda*

não distribuiu cópias do acórdão, pelo que desde já me disponibilizo para facultar uma cópia do mesmo. No entanto, tomámos na passada terça-feira conhecimento que a empresa Manuel Joaquim Caldeira teria intentado um novo recurso. Mais uma tentativa de atrasar o processo e agradar ao atual Executivo. Acreditamos que mais uma vez a justiça vai prevalecer e que a Jaime nogueira vai sair vencedora deste recurso, o quinto já intentado pela Manuel Joaquim Caldeira desde o início deste ano. Bem que os advogados ameaçaram que iriam atrasar este processo 10 anos ... demore o tempo que demorar, vamos levar isto até ao fim! Volto a questionar o que ganha a Manuel Joaquim Caldeira com estes recursos. Mas a resposta à minha questão é óbvia e todos a sabemos: ganha obras no Município, ganha perdão de multas por atraso na execução dos trabalhos, e o que ganhará mais... Será que os € 75.000,00 de honorários pagaram apenas o trabalho dos advogados da Câmara ou também da advogada da Manuel Joaquim Caldeira? Se assim for, também aqui será feita justiça, pois o Ministério Público já tem conhecimento da situação. E assim me despeço. A todos um Feliz Natal!” -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “em relação à questão que levantou aqui o senhor Jaime Nogueira, não vou entrar em pormenores, só vou esclarecer aquilo que se está a passar neste momento, efetivamente o Supremo Tribunal Administrativo entendeu que a firma Manuel Joaquim Caldeira que tinha interposto o recurso no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, ao qual o Tribunal da Relação deu razão, o supremo de facto determinou que a Manuel Joaquim Caldeira não tinha legitimidade para requerer esse recurso de revisão, no entanto pelo que nós sabemos e foi com entrada a quinze de dezembro, entrou o recurso por uniformização para jurisprudência interposto pela Manuel Joaquim Caldeira, ao qual o Supremo Tribunal Administrativo por despacho do dia 15 de dezembro admitiu o recurso, esta é a informação que tenho aqui, o recurso foi admitido, neste momento os autos estão suspensos, o próprio despacho diz exatamente isso, aqui não há vitórias de ninguém, não estamos aqui com vitórias nem desvirtuar aquilo que foi feito. Não contava vir fazer este esclarecimento, mas sendo assim, quanto à execução instaurada pela firma Jaime Nogueira, importa recordar que não tem qualquer direito à adjudicação, seja porque ficou classificada em sexto lugar no concurso, seja porque o Tribunal não determinou a existência desse direito, seja porque a ilegalidade a existir só é uma ilegalidade de documentos concursais não do ato da adjudicação, o que significa que não se encontra prejudicado o seu direito à indemnização”. -----

-----1.4 Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.-----

► **DANIEL RIBEIRO** usou da palavra e disse: “na sequência do que aqui foi dito, senhor Presidente, em relação à intervenção do público não tem que entrar em pormenores, mas em relação às questões que lhe são

57
Feh

colocadas por nós, tem e deve entrar em pormenores porque, esta é a casa da democracia, este órgão, goste-se, ou não, tem poder fiscalizador e deve e seguramente será respeitado por V. Exas. e também nessa sequência e isto sem cobrar honorários dou-lhe um conselho, tem uma possibilidade que é pedir um laudo à Ordem dos Advogados, muitas vezes acontece, quando os clientes entendem que os honorários são exagerados, que também é regra e quase por definição, mas estes setenta e cinco mil euros, eventualmente, o dinheiro é de todos nós, vosso também, e nosso, eventualmente a Ordem dos Advogados pode-se pronunciar acerca, eu desconheço se foi feito senão foi feito, mas eventualmente pode-se pronunciar, uma espécie de uma equipa de peritos da Ordem dos Advogados podem-se pronunciar acerca da bondade ou não destes honorários, de graça este conselho. -----

-----Bem, reportando-me àquilo que eu tinha preparado revisito a ata, já revisei há bocado e volto a revisita-la desta vez, o que não é muito comum, mas penso que na página 230, na minha intervenção recordo-me de ter pedido alguma informação ao Executivo através da Mesa e volto a recordar, se calhar até há quem discorde de mim, mas os requerimentos e os pedidos podem ser feitos de viva voz, ditados para a ata, e foi o que eu fiz, pedi ao senhor Presidente informação sobre concursos públicos e adjudicações diretas desde o início do mandato até à data e até à data meus senhores tenho a comunicar-lhes que nada me chegou à mão, portanto vamos evitar, porque é desnecessário o recurso ao tribunal para ter acesso aos documentos administrativos que são devidos a cada um de nós, isto é uma função da Assembleia Municipal e também merecemos algum respeito, sendo daquela bancada, sendo desta, temos essa prerrogativa, acho que nos termos do artigo 16, alínea e) do Regimento e podemos usá-la e cada um a há-de usar como entender, mas temos direito à informação. ----

-----Depois e também na sequência disto, eu vi uma notícia há pouco tempo e até bastante elogiosa para um concelho vizinho e governado pelo PS, Alfândega da Fé, que no índice de transparência autárquico estava classificada em primeiro lugar a nível nacional, fui ver, não sei se mais alguém foi ver, fiquei curioso e fui ver, isso está disponível na internet, as classificações dos Municípios, este índice de transparência foi criado e existe desde 2013, e desde 2013 e até 2015 tenho que comunicar a V. Exas que o Município de Mogadouro desceu cem lugares no índice de transparência municipal, não sei se isso quererá dizer muito ou pouco, mas o que é facto é que é essa a verdade.” -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “eu venho aqui pôr três ou quatro questões, e de encontro àquilo que o Daniel disse aqui anteriormente, eu em quase todas as reuniões da Assembleia tenho pedido aqui documentos à Câmara e até hoje, zero, então vamos lá pedir mais hoje, para ver se ainda vêm hoje durante a Assembleia, mais uma vez venho chamar a atenção senhor Presidente, porque é que os pedidos que aqui são

formalizados a solicitar documentos, nunca nos foram fornecidos. Será que temos que os formalizar por escrito e aonde? É que eu na última reunião de 30 de setembro solicitei documentos sobre a obra realizada na escola de São Pedro e até hoje ainda nada, mas agora já deu para perceber porque li as atas nº 19 e 20 da Câmara, onde a Câmara assume que alguns materiais, como o cimento e o areão saíram do armazém da Câmara, isto será legal? E os trabalhos a mais do empreiteiro quem é que os vai pagar? Mas afinal que contrato ou ajuste direto fizeram com o empreiteiro? E mais uma coisa senhor Presidente, sabe que a obra, a escola, não é propriedade da Câmara, é de um particular. Ainda em relação às escolas, gostaríamos de saber quais são as doze escolas premiadas pelas obras do concurso. Esta é uma questão; por acaso os senhores deputados lembram-se quando foi inaugurada a casa mortuária, se não eu digo-vos 16 de agosto de 2015 às 16 horas, até houve festa, felizmente só tivemos o primeiro mortório em novembro, salvo erro. O que é que aconteceu? A mesma não tinha luz. Porquê? A Câmara não tinha feito contrato com a EDP ainda, mas os trabalhadores da Câmara e de uma empresa em Mogadouro, tudo tentaram para colocar a luz, mas bastou um telefonema de alguém que estava na Holanda em trabalho e disse: não é preciso luz, porque a defunta vai para a capela da Nossa Senhora do Caminho, pois meus senhores neste momento temos em Mogadouro não só uma capela para velar defuntos, mas sim duas, basta escolher qual quer, pois o senhor Presidente não tem argumentos para dizer que não. Senhor Presidente dou-lhe aqui também os meus parabéns pela iniciativa que teve na abertura da feira dos Gorazes deste ano, a bênção do novo autocarro da Câmara, acho que foi a primeira vez que isto aconteceu na Câmara, mas também no dia seguinte aquando da inauguração da terceira fase da zona industrial e do arranjo do Juncal, também podia ter feito o mesmo com o novo cilindro, já agora que estou a falar do novo cilindro senhor Presidente, não custava nada que nos fornecesse hoje aqui fotocópia de toda a documentação da aquisição do novo cilindro e também da venda do velho cilindro, ou o que foi feito dele? Se assim não acontecer, vamos ficar a pensar que foi mais uma trapalhada nesta compra. Deixo à consideração. Senhor Presidente esclareça-nos também aqui hoje, sabendo que há funcionários desta autarquia que têm que marcar o ponto de manhã, à hora que saem à hora de almoço, de tarde igual. E os do Centro de Emprego? E os dos recibos verdes? Quem os controla? Ora vejamos, toda a gente se lembra que na última reunião desta Assembleia, no público, e hoje também está presente, o senhor Altino Aleixo, será que o seu contrato lhe dá direito a estar aqui na reunião sem que lhe seja descontado o dia no vencimento? Será legal os trabalhadores e os outros nas mesmas condições usarem os carros da Câmara para se deslocarem? Deixo aqui a pergunta, mas senhor Presidente esta é demais, talvez o senhor até nem saiba, mas eu informo; sabe que houve Juntas a solicitarem à Câmara que os professores de

Educação Física se deslocassem às mesmas para dar aulas de ginástica, porque as pessoas estavam primeiro, penso que é uma frase que lhe diz algo. Qual é o espanto dessas Juntas de Freguesia, ok, pode ser, mas as Juntas têm que pagar os “km” das deslocações dos professores? Senhor Presidente qual é a diferença dos funcionários professores e dos outros funcionários contratados que para realizarem as suas funções se deslocam nos carros da Câmara? Agora por fim circular nº6/2015 da Câmara, que é para o dia de hoje, convoca todos os trabalhadores do Município de Mogadouro para a reunião geral obrigatória; sim senhor pode convocar, mas é das nove às quatro da tarde, às quatro da tarde os funcionários estão de folga. Quem vai pagar as horas extras aos funcionários? Se as meterem, têm ou não têm direito de meter as horas extraordinárias? O senhor pode convocar, ou não pode convocar os funcionários para ter uma reunião obrigatória a partir das 16 horas?” -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “respondendo exatamente à questão do doutor Daniel Ribeiro, dizer que o índice de transparência autárquico tem a ver só com o *site*, não sei se sabia, mas já agora informo, tem a ver com as publicações efetuadas nos *sites* dos municípios, o nosso a partir de janeiro terá já um novo espaço, o senhor depois pode consultar e ver porque é que os *sites* têm a ver com isso. -----

-----A documentação, referente aos concursos públicos, não sei porque é que ainda não lhe chegou às mãos, peço desculpa, mas não tenho conhecimento. Fica a recomendação que o senhor deixou aqui relativamente à Ordem dos Advogados e aos honorários. -----

-----Algumas das questões levantadas aqui pelo senhor deputado José Branco, tenho que responder a algumas de facto, porque há aqui coisas interessantes, as pessoas deturpam muito aquilo que se passa e eu fico sempre entusiasmado quando há deturpações. -----

-----Em relação aos documentos pedidos e que não têm sido entregues, é também a mesma resposta que dei ao doutor Daniel, não sou eu que os vou buscar, nem sou eu que os vou fotocopiar para lhos entregarem.-----

-----Relativamente à obra de São Pedro, é interessantíssimo isto que o senhor levanta, porque essa questão já foi levantada, eu já esclareci o que tinha a esclarecer, mas vou-lhe dizer que é evidente que relativamente à obra de São Pedro depois de feito o ajuste direto desta obra e depois de demolir o que existia lá, que eram uns contraplacados detetou-se que o piso e o suporte onde iam ser efetuadas as novas paredes não suportavam, não tinham base de suporte, estavam estaladas, a fundação não estava em condições, o ajuste direto tinha sido feito, não íamos construir uma coisa que mais dia menos dia, estaria aberto completamente, o que foi cedido foi cimento e areão medido para aquele anel, não sei como é que lhe chamam tecnicamente, mas sei que é um anel, a viga à volta, e o empreiteiro assumiu a mão-de-obra, não foi mais nada do que isto. -----

-----As doze escolas estão a ser objeto de projeto, o senhor Vice-presidente depois poderá esclarecer quais são as doze, não as tenho todas aqui em memória. -----

-----É interessante que voltemos aqui a uma história engraçada que é a casa mortuária, e mais uma deturpação foi feita, tudo passa para o exterior de uma forma muito incorreta e as coisas têm que ser direitinhas e tal qual elas foram feitas, eu estava na Holanda em serviço, efetivamente fui contactado pela família e o que me pedia era para eu conceder o pedido que a mãe tinha deixado em vida muito antes de ser construída a casa mortuária, eu disse que em relação a isso não tinha nada que opinar, a única pessoa que podia, ou não, decidir sobre isso era o senhor cônego Dino, que é o pároco de Mogadouro, eu falei com o senhor cônego Dino e aquilo que eu lhe disse foi: da parte da Câmara não via inconveniente mas quem decidia era ele, não é a Câmara que decide, as duas capelas estavam benzidas, estava pronta e direita par ser utilizada, ainda lhe digo mais, à uma da tarde eu mandei a nossa funcionária, a dona Susana fazer limpeza à casa mortuária, pode ver que não é bem assim o que se diz. Quanto ao resto, o que se passou depois senhor Presidente relativamente à questão da capela mortuária, se tinha luz, se não tinha luz, o contrato com a EDP se estava, ou não estava, como sabe não depende só da Câmara a instalação da luz. -----

-----Eu não sei ao que se refere à inauguração do autocarro, não inauguramos autocarro nenhum, houve a bênção do autocarro que tinha acabado de chegar e aproveitámos para o benzer, isso é normal fazer-se às viaturas que transportam público, não sei se sabia disso, aproveitámos a feira dos Gorazes, porque ele chegou nessa altura.-----

-----O cilindro teve um concurso como qualquer outro, foi através do POCTEP, ainda tínhamos a possibilidade de o financiar, foi-nos dado a possibilidade de financiar um cilindro, um trator, também já foi adquirido nessa base e portanto concorreram, mas não houve trapalhada nenhuma, houve um concurso normal e quem ganhou, ganhou, o cilindro está aí, juntamente com o trator e o destroçador também que já tínhamos adquirido e que ainda conseguimos financiá-lo, é bom que se note que este equipamento foi financiado pelo POCTEP. -----

-----Relativamente à marcação do ponto pelos funcionários, fala-me aqui em quem está a recibos verdes, estamos a falar em prestação de serviços, prestação de serviços é uma questão, não é recibos verdes, prestação de serviços presta-se o serviço que lhe é solicitado no caderno de encargos, não há aqui nenhuma obrigação de picar ponto, os do centro de emprego assinam a folhinha manual diariamente. -----

-----Falou-me no carro da Câmara para se deslocarem, não sei a quem é que se refere, mas os carros da Câmara desde que seja para formações, estão autorizados por mim, não sei a quem é que se está a referir, mas

7
Zeh

qualquer funcionário que queira ir para formação, estão autorizados por mim. Levantou a questão dos professores de educação física e esta é uma questão que eu também vou esclarecer aqui perante os senhores Presidentes, o caderno de encargos dos professores de educação física foi feito, tão e só com base naquelas freguesias que já estávamos a prestar educação física, aquelas que quiseram depois do caderno de encargos e da prestação de serviços estar adjudicada, os professores assumem efetivamente a prestação do serviço, mas a deslocação tem que ser paga pelas freguesias, porque nós não temos forma de alterar esse caderno de encargos agora, portanto as que já estavam, estão, mantiveram-se, as que não estavam têm que pagar os km da deslocação do professor. -----
-----Agora José Branco em relação a esta reunião geral que convoquei às quatro da tarde, é assim que me compete.” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “em relação às questões que foram aqui apresentadas é óbvio que há várias situações em que se podem pedir documentos à Câmara, por interposição da mesa ou a requerimento, obviamente que a Câmara nesta matéria deve ser um agente facilitador e não complicador, porque de facto o regimento consagra situações em que a Câmara eventualmente tem que fornecer essa documentação, porque a Assembleia enquanto órgão fiscalizador do Município tem que ter pleno conhecimento de toda a documentação, também não vejo necessidade nenhuma de a Câmara Municipal não os poder fornecer em devido tempo, por outro lado claro que não compete ao senhor Presidente da Câmara fornecer, mas também reconhecemos que o senhor Presidente da Câmara, toda a Câmara tem um *staff* autárquico qualitativo e quantitativo suficiente que permite de dois em dois meses reunir a documentação e trazê-la, era um pedido que eu deixava ao senhor Presidente, os membros da Assembleia só poderão eventualmente exercer a sua missão de fiscalizadores do Município se tiverem a documentação subjacente, de outra forma é difícil vir aqui também, porque é um dever que compete às oposições e às situações, como diz ali muitas vezes um senhor membro, isto é que é democracia, é chegar aqui, concordamos, não concordamos, transformamos estas concordâncias ou discordâncias em votações, e a vida autárquica tem que ser assim, portanto senhor Presidente, penso que não sendo o senhor Presidente obrigado a tirar fotocópias, mas é obrigado a dizer ao seu *staff* para as tirar e para fornecer toda a documentação que os senhores membros e a Mesa necessita, porque senão não fazemos a democracia que a constituição consagra e assim não vale a pena”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “senhor Presidente sobre a documentação então vou-lhe contar um filme, eu há quatro ou cinco meses contatei um dos do seu *staff*, que está aqui presente hoje, a pedir documentação, e a resposta dele foi assim: *tem que ser por escrito através*

da Assembleia, entregue no gabinete da Assembleia, nós aqui a pedir não estamos autorizados a dar a documentação, está aqui ele que o diga. -----

-----Já agora senhor Presidente falou aqui no cilindro, foi um programa financiado, então dê-nos hoje aqui toda a documentação sobre esse concurso. E o que aconteceu com o cilindro velho? Onde está? O que foi feito dele? Foi dado à empresa? Foi vendido? Traga-nos aqui hoje, é fácil, duas cópias, uma para a bancada do PSD, outra para a do PS, não custa nada, também trouxe aqui a do tribunal que era do seu benefício, traga hoje a do cilindro. -----

-----Em relação às deslocações, eu não falo das formações, funcionários contratados ou de recibos verdes como lhe queira chamar, eu não falo em formações, é no trabalho, quando estão a exercer o seu trabalho, eles podem ir no carro da Câmara? Se é prestação de serviços tem que ser no carro deles, ninguém falou aqui em formação, diga a verdade. E porque é que quando fez concurso aos professores não solicitou às Juntas de Freguesia se outras queriam, ou não queriam a ginástica, perguntava antes, não é agora, as Juntas pedem e a uns dão a outros não dão, a Câmara tem carros a mais, tem motoristas que estão parados, o senhor Presidente nem precisa de motorista, pode pôr um motorista com um carro da Câmara a levar os professores, se as pessoas estão em primeiro lugar, por amor de Deus, não é por ir a Castro Vicente, que é mais longe, ou a Bemposta que a Câmara perde, a Bemposta tem que ir porque tem lá a escola. -----

-----Em relação à reunião de hoje o senhor tem direito, mas não é a partir das quatro da tarde, é até às quatro da tarde, se algum funcionário lhe pedir as horas extras a partir desse momento qual é a sua posição? Paga ou não paga? -----

-----Pus-lhe outra pergunta e vou pô-la outra vez hoje aqui, está ali uma pessoa no público, o senhor Altino Aleixo estava na Assembleia, saiu, vem assistir às Assembleias, é descontado, ou não é descontado o dia que ele vem aqui? Qual é o trabalho que ele tem feito? Porque ele nas últimas intervenções que teve aqui na Assembleia disse que até tinha feito uns projetos que a Câmara há doze anos atrás nunca tinha feito, investimentos, eu não vi nada, não sei se alguém na Assembleia sabe qual é o trabalho dele neste momento”.-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “estamos em época natalícia e de facto senhor Presidente tenho que intervir porque é uma obrigação moral minha, tenho que responder ao Zé outra vez de uma forma que não gostava, mas vou ter que lhe responder, por acaso não preciso de motorista, graças a Deus conduzo e conduzo bem, até hoje em trinta e cinco anos, felizmente nunca tive um acidente e muitas também nenhuma, caso o senhor não saiba vou ter que lhe dizer exatamente também como se processam as prestações de serviço, há limitações no Orçamento de Estado e que nós não podemos ir mais além, salvo erro quanto é a

percentagem que tivemos que reduzir, 10% não foi Moreno? Portanto nunca podíamos prestar serviços a mais, porque a Lei obriga-nos a reduzir em 10% o valor da prestação de serviços anterior, portanto se íamos aumentar, íamos contra a Lei. -----

-----O cilindro velho pelo que eu sei está lá em cima no armazém. -----

-----E de uma vez por todas quanto à reunião geral que hoje convoquei dos trabalhadores não ia fechar os serviços para a fazer.” -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “a Câmara forneceu por escrito toda a atividade municipal, desde a última reunião, até agora, se algum dos senhores membros quer fazer alguma intervenção relativamente a este ponto, estamos abertos a inscrições, não havendo inscrições sobre este ponto passamos ao ponto 2.2. -----

-----2.2 *Apresentação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o Exercício de 2016” – Análise e deliberação.*-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “O Orçamento para o ano de 2016 que apresentamos foi elaborado no âmbito da competência da Câmara Municipal conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para apresentação à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei. Foi dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/98 de 26 de maio), pedindo à Comissão Política do Partido Social Democrata com assento na Câmara Municipal mas sem atribuição de pelouros que apresentassem propostas, opiniões ou sugestões para a elaboração dos documentos previsionais, tendo respondido ao pedido, sem no entanto apresentar qualquer sugestão. Na previsão de receitas foi seguido o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as devidas alterações, tendo sido garantido o cumprimento, dos princípios orçamentais, bem como a sua compatibilidade com as regras previsionais definidas pelo mesmo. -----

-----O agravamento dos problemas sociais, com o crescimento da pobreza, o número elevado de desempregados que na maioria dos casos é no Município que procuram apoio e resposta aos seus anseios, fazem com que sejam contempladas no Orçamento em análise, uma série de medidas direcionadas para esses municípios. -----

-----Pelo segundo ano e resultante da aplicação da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal que regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM), e de acordo

com o disposto no seu n.º 4 do art.º 17.º, que impõe ao Município de Mogadouro, uma contribuição de 696.718,98 euros a efetuar ao longo de 7 anos, implica obrigatoriamente a inscrição no Plano Plurianual de Atividades e Orçamento para 2016, de uma rubrica relativa a ativos financeiros no valor de 99.531,00€. Verba essa que poderia ser canalizada para o investimento municipal. -----

-----Os compromissos assumidos no ano transato, que não foram concluídos por atraso na sua execução ou por terem sido iniciados já no final do ano, constam de novo nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, sendo introduzidos novos projetos.-----

-----As Grandes Opções do Plano (GOP's) é o documento de suporte com um horizonte móvel de quatro anos e que deve incluir todos os projetos e ações a realizar pela autarquia. Engloba os documentos de previsão orçamental, o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) que esquematiza os projetos referentes a investimentos diretos da autarquia e o PAM (Plano de Atividades Municipais) que traça os outros projetos e ações, que pela sua natureza não são considerados investimentos diretos, mas realizados por outras entidades, mediante protocolos e transferências de capital concedidas pela autarquia, com vista na promoção do desenvolvimento local, por áreas de atuação de acordo com o classificador funcional do estabelecido pelo POCAL.-----

-----Da análise aos documentos em apreciação, verificamos que os mesmos contemplam uma série de projetos e ações com vista a melhoria da qualidade de vida da população, através de iniciativas direcionadas para as famílias mais carenciadas, traduzidos num esforço financeiro significativo. São disso exemplo, o Fundo de Emergência, o apoio à compra de medicamentos, a oferta de manuais escolares e de enriquecimento curricular, bem como o pagamento dos transportes escolares a todos os escalões de ensino. -----

-----O Plano Plurianual de Investimentos para 2016 com um total de 6.976.310,00 contempla para além do valor do Fundo Apoio Municipal que pela primeira vez de apresentação de documentos previsionais (foi feito ao longo do ano de 2015) por imposição legal foi inscrita no PPI, uma série de projetos novos e ainda aqueles que estão em fase de conclusão ou se prevê iniciar ainda este ano.-----

-----Pelo valor dos mesmos, mas principalmente pela importância que estes merecem, destacam-se a continuação da recuperação das ex-Escolas Primárias do Concelho, a remodelação das redes de água e saneamento de Bemposta e Peredo de Bemposta, a beneficiação da Piscina Municipal Coberta, a pavimentação do C.M. entre Tó e Vila de Ala, a construção de Nós no ILS e a conclusão da construção da Variante da Zona Industrial ao ILS e do Centro de Interpretação do Mundo Rural, inscritos no PPI e os acordos de cooperação com a Proteção Civil, as dotações para as Juntas

de Freguesia, os protocolos com as Instituições de Solidariedade e as amortizações de empréstimos inscritos no PAM.-----

-----A desagregação do PPI por classificação funcional mostra-nos três grandes capítulos, as funções gerais com um investimento previsível de 1.093.031,00€ correspondentes a 15,67% do total, as funções sociais que absorvem 32,38% a que corresponde um investimento de 2.258.706,00€ e as funções económicas com 3.624.573,00€ e que corresponde a 51,95% do total. -----

-----As funções que absorvem mais recursos são as económicas que englobam Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca (200.000,00€); Indústria e Energia (49.352,00€); Transportes e Comunicações (3.012.221,00€) e Comércio e Turismo (363.000,00€) que no seu conjunto absorvem mais de metade do valor total. Deste grupo destacam-se os "Transportes Rodoviários" com um total de 2.992.221,00€, repartidas por diversas ações novas ou em fase conclusão. Ainda neste grupo está inscrita a subfunção "Turismo" que absorve 313.000,00€ destinados à conclusão do Centro de Interpretação do Mundo Rural e a requalificação do Cais da albufeira de Bemposta e ainda a construção de percursos pedestres no Concelho. -----

-----Em segundo lugar surge o capítulo das funções sociais que agrega maior número de rubricas como a Educação; Segurança e Ação Social; Habitação e Serviços Coletivos e os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos. Deste conjunto destaca-se o grupo dos Serviços Coletivos com um total de 1.550.846,00€, repartidos pelo Ordenamento do Território com 456.846,00€ que inclui entre outros a elaboração de vários planos de pormenor em todo o Concelho e a construção do circuito pedonal da entrada de Mogadouro à Av. de Salamanca, do Saneamento com 260.000,00€ essencialmente para a construção de fossas sépticas e prolongamento das redes; do Abastecimento de Água com 806.000,00€ destinados ao financiamento da remodelação do sistema de abastecimento de águas do Município de Mogadouro, a remodelação da rede água das zonas antigas de Bemposta e Peredo de Bemposta e o abastecimento de água a Vale Porco a partir da adutora de Figueira entre outras de menor dimensão. Para concluir este grupo de funções e também com algum impacto, os Serviços Culturais que se dividem pela Cultura com um total de 165.000,00€ destinados ao projeto e execução da reabilitação e ampliação do Parque de Feiras e Exposições e a requalificação do Castelo dos Mouros em Vilarinho, pelo Desporto Recreio e Lazer com 430.000,00€ na sua maioria para a beneficiação da piscina municipal coberta e pelas Outras Atividades Cívicas e Religiosas com 32.860,00€ essencialmente destinados á requalificação das entradas de acesso à Alameda Nossa Senhora do Caminho.-----

-----Finalmente surgem as Funções Gerais com um total de

1.093.031,00€, dos quais 98.9% vão para a subfunção Administração Geral e que por sua vez a aquisição e indemnização de terrenos com 225.000,00€ e a recuperação das Ex Escolas Primárias do Concelho com 400.000,00€ absorvem a maior fatia, sendo o restante distribuído por uma série de ações como a construção de garagem na Casa Paroquial de Mogadouro, aquisição de material e equipamento para a atividade operacional dos diversos serviços municipais, como o hardware e software informático e a aquisição de viaturas entre outras. -----

-----Nas Outras Funções não se regista qualquer movimento ou valor.----

-----Quanto ao Plano de Atividades Municipais no valor global de 3.350.693,00€, traduz uma variação positiva em relação ao ano anterior no valor de 175.327,00€, embora com a inclusão de algumas ações novas e a eliminação de outras, foi elaborado de forma a dar continuidade a projetos vindos de anos anteriores, e que se consideram as que melhor servem os interesses do concelho e de quem nele habita. -----

-----Assim do grupo das funções gerais com um total de 224.600,00€, faz parte a proteção civil e luta contra incêndios que absorve a quase totalidade daquele valor (217.000,00€) destinado aos protocolos celebrados com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro bem como aos custos da responsabilidade do município com os operadores de central e equipas de intervenção permanente.-----

-----Nas funções sociais com um total de 1.306.213,00€ incluem-se a educação, a saúde, a segurança e ação social, a habitação e serviços coletivos e ainda os serviços culturais, recreativos e religiosos que se passam a discriminar:-----

-----Na Educação, o valor de 34.500,00€ que se destina ao apoio das escolas do concelho, ao apoio à aquisição de livros e à atribuição de bolsas de estudo, não reflete o verdadeiro valor gasto nesta vertente, porque não são aqui considerados os gastos com as aulas de enriquecimento curricular de (inglês, música e educação física) aos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do Concelho, os custos com o fornecimento gratuito de refeições aos alunos deslocados e ainda com maior impacto o custo com os transportes escolares na medida em que todos os alunos estão isentos do pagamento do passe escolar.-----

-----Será também dada continuidade à parceria existente com o Instituto Politécnico de Bragança, na qual o Município de Mogadouro se compromete a ceder as salas e o equipamento necessário ao melhor funcionamento dos cursos, mantendo ainda a cedência da Residência de Estudantes para os alunos deslocados que os frequentam. -----

-----Na área da saúde mantemos a rubrica do sistema de tele assistência domiciliária, dando assim continuidade ao contrato de prestação de serviços celebrado com uma empresa da especialidade, assegurando também que todos os funcionários da autarquia tenham acesso à medicina

e saúde no trabalho.-----

-----Na área da segurança e ação social com o valor de 289.613,00€ estão incluídos protocolos de colaboração com o Planalto Mirandês para a unidade domiciliária de cuidados paliativos e a Associação de Pais e amigos de Pessoas com Necessidades Especiais com 14.413 e 30.000 euros, respetivamente, os protocolos a celebrar com instituições de solidariedade social do concelho para melhoria e/ou construção das suas infraestruturas de acolhimento aos mais idosos com 120.000,00€, o apoio à natalidade no valor de 10.000,00€, a constituição de um fundo de emergência no valor de 20.000,00€ para ultrapassar algumas situações de extrema pobreza, o apoio na comparticipação nos medicamentos com 25.100,00€ e ainda para garantir melhores condições de vida aos mais carenciados através da reparação de habitações ou a atribuição de subsídios para o pagamento das rendas o valor de 55.000,00€.-----

-----Na habitação e serviços coletivos, o total de 591.200,00€ destina-se ao pagamento da limpeza urbana da Vila com 141.200,00€ e à recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Concelho com 450.000,00€.-----

-----Finalmente nos serviços culturais, recreativos e religiosos com o valor global de 383.800,00€ enquadram-se o maior número de ações distribuídos por 276.800,00€ na Cultura e 107.000,00€ no Desporto, recreio e lazer. -----

-----Serão fomentadas políticas culturais que contribuam para o desenvolvimento integral do cidadão, aumentando os padrões de qualidade de vida através das várias iniciativas a levar a efeito nos diversos espaços municipais como a Casa da Cultura, a Casa das Artes e a Biblioteca Municipal, destinadas ao enriquecimento do património cultural como a promoção das artes da música, da dança, da poesia, da literatura, do teatro e do cinema entre outros. -----

-----Para dar ao associativismo a possibilidade de desenvolverem os seus projetos no sentido de promoverem e divulgarem a nossa região foi dotada a rubrica "Subsídios para as Associações" com 120.000,00€ a quem serão também disponibilizados os meios físicos, técnicos e humanos para um melhor desempenho. Neste capítulo estão também inseridos embora algumas das ações, com valores reduzidos como a agenda cultural, o boletim municipal, a feira do livro, o concurso de poesia e outros já de valor mais relevante como o tratamento e acondicionamento do espólio de Trindade Coelho (40.000,00€) jornadas conferências e eventos diversos (22.500,00€), o protocolo com a Orquestra do Norte (10.700,00€) e a projeção de filmes na Casa da Cultura (20.000,00). -----

-----Na vertente desportiva, recreio e lazer, e sabendo que o desporto e atividade física melhoram os níveis de confiança e de auto estima, que evitam a exclusão social e contribuem para uma sociedade mais forte e coesa, vai sendo dado resposta às cada vez maiores exigências da

população com, para além das ações inscritas no PPI como a requalificação da piscina e do ginásio municipal, a construção de percursos pedestres e pedonais, a inclusão de todas as ações já iniciadas em anos anteriores como, a realização ou a comemoração do Desporto Escolar, o Dia Mundial da Criança, o Natal das Crianças, o torneio de futebol entre aldeias, a promoção do XIV encontro de anciãos e a receção ao Emigrante, através da utilização dos equipamentos colocados ao serviço da população designadamente o Parque de Campismo, as Piscinas Municipais o Campo de Ténis e o Estádio Municipal com ajuda dos técnicos ao serviço do Município. -----

-----Será também dada continuidade à realização do programa Red Burros Fly-In inscrita no Plano de Atividade com a dotação de 34.800,00€.

-----Nas funções económicas o Comércio e Turismo dispõe da maior fatia com 230.600,00€ destinados na sua maioria ao apoio à realização da Feira dos Gorazes através de subsídio a atribuir à AGLSM com 76.000,00€, ao Festival Terra Transmontana com 55.000,00€ e planeamento, promoção e divulgação turística com 50.000,00€, no entanto, neste grupo, está também inscrita uma verba de 50.000,00€ para o apoio a iniciativas empresariais económicas de interesse municipal.-----

-----Como de outros anos, as outras funções com um total de 1.539.280,00 contribuem com maior bolo, sendo que 46.3% correspondentes a 712.667,00€ são destinados ao pagamento dos empréstimos de médio e longo prazo. O restante está repartido pelas despesas de manutenção do canil intermunicipal (31.600,00) pelas transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia (507.000,00€), pelas transferências de capital para Associações designadamente Comissões Fabriqueiras (100.000,00€) e finalmente pelo funcionamento das várias Associações das quais fazemos parte como Baixo Sabor, Douro Superior, Terra Fria, Territórios do Côa e Comunidade Intermunicipal (288.013,00€).-----

-----É Neste sentido que propomos para aprovação este orçamento, o qual engloba o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal bem como o Mapa de Pessoal”.-----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “estamos aqui reunidos mais uma vez para discutirmos e aprovarmos as Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentados pela Câmara Municipal para o exercício de 2016, como estipula a alínea a) do nº2 do artigo 2º do regimento, irei falar mais sobre o Plano de Atividades, possivelmente correndo o risco de repetir o que disse o senhor Presidente, já que o Orçamento é um documento essencialmente técnico que foi elaborado pela contabilidade tendo em atenção as regras definidas pelo POAL e por isso deve merecer-nos total confiança. -----

-----Quanto às Grandes Opções do Plano após uma leitura sobre o

mesmo, pareceu-nos que vem de encontro à consecução dos objetivos principais da autarquia que são pela sua ação conseguir a melhoria das condições de vida de toda a população do concelho, ora melhorando as condições de saúde, as condições sociais, ora efetuando investimentos que vão de encontro às necessidades do quotidiano. Há investimentos que nos tocam mais diretamente e outros talvez nem tanto, mas todos os investimentos contidos no Plano são pertinentes e de interesse relevante para todos. Contém obras de maior e outras de menor envergadura mas todas elas de muita importância. É certo que não respondem a tudo que é necessário, nunca nenhum Plano respondeu, nem irá responder a tudo, o desenvolvimento vai-se processando por etapas, isto é, pela concretização e realização dos sucessivos Planos Anuais de Atividades. Este pareceu-nos um Plano muito audacioso e de muito interesse em termos de desenvolvimento, oxalá ele se concretize, é que para o exercício de 2016 o mesmo continua a vir reduzido em termos orçamentais em relação a 2012 de duzentos e treze mil, duzentos e quarenta e oito euros, continua em vigor o fundo de apoio municipal que o Senhor Presidente já falou de noventa e nove mil, quinhentos e trinta e um euros, e que se irá manter. O Município continua a abdicar de 50% do IRS, como bem sabem, quer isto dizer que os orçamentos do Município, a contar com estas falhas de receita serão cada vez mais reduzidos e refletir-se-ão no desenvolvimento e execução dos investimentos a levar a efeito por este Executivo, felizmente o nosso Município continua a reduzir a dívida de médio e longo prazo, a apresentar um orçamento global de dezassete milhões, novecentos e setenta e dois mil, novecentos e sessenta euros sendo apenas possível devido à arrecadação de fundos comunitários, ao bom momento financeiro da Câmara e ao recebimento de outras receitas sem as quais não seria possível responder às diversas ações que constam do Plano com toda a pertinência. Quanto aos diversos investimentos inscritos nas grandes Opções do Plano merecem-nos especial destaque e vou referir apenas alguns: a remodelação do sistema de abastecimento de água ao Município, com a implementação desta obra se irão criar as condições de abastecimento alternativo entre os sistemas de captação de Bemposta e Penas Roias, isto irá permitir que se proceda à descarga da barragem de Penas Roias, que já se devia ter feito há bastante tempo, ainda não foi possível por essa razão, para que possamos passar a ter água de melhor qualidade no futuro, é certo que ainda vai levar algum tempo para a sua conclusão, mas o que importa é que a obra se inicie e que se vá desenvolvendo, pois o custo é muito elevado, oito milhões e cem euros é muito dinheiro, o museu arqueológico é uma obra prioritária, novamente a construção da variante da zona industrial ao ICS que por razões de ordem ambiental como é sabido não foi possível concretizar no presente ano mas a mesma continua a ser cada vez mais urgente, o projeto de execução e reabilitação do parque das feiras e exposições também é muito

importante que se concretize, pois irá permitir a realização de múltiplos eventos, o projeto de beneficiação da piscina coberta também, a reabilitação do ginásio municipal, a construção de um espaço de valorização das raças autóctones, eu penso que aqui a ideia será de reabilitar as feiras do gado, porque realmente as feiras do gado já foram das melhores do país e era bom que voltassem a ressuscitar, não sei se será fácil, se será possível, mas bom era. Também ao nível da rede viária, não vou aqui repetir o que o Senhor Presidente já disse e que todos ouviram, há uma série de obras muito importantes, que são ligações que têm estado sem se fazerem, mas que são importantes, porque vão dar a possibilidade a certos *ghettos* de deixar de ser, isto é o caso entre Paradela e Valverde, entre Vila de Ala e Tó, e mais, a requalificação do caminho rural do romão, também é interessante, são obras que irão alterar o figurino viário do concelho e ainda os outros investimentos que merecem referência, como a construção do heliporto, a construção do projeto do mercado dos produtos da terra, a remodelação da rede de águas e saneamentos de Bemposta, Peredo de Bemposta e Meirinhos, está aqui a Câmara a entrar numa parte que parece que é muito importante porque as canalizações antigas estão obsoletas, ainda estão feitas com a canalização dos tubos em fibrocimento que parece que não são muito bons para a saúde e sinalizamos apenas estas que são as obras mais significativas, mas a par destas obras a Câmara propõe-se realizar ainda um vasto conjunto de obras mais pequenas mas de muita importância para toda a comunidade municipal. Pela análise que fizemos sobre as Grandes Opções do Plano para o exercício de 2016 percebemos que o Executivo Municipal teve cuidado de responder com isenção política às necessidades possíveis mais prementes de todo o concelho, todas as obras estão devidamente orçamentadas pelo que assim sendo este plano parece-nos que é realizável no decorrer de 2016. Com a realização das diversas ações previstas, parece-nos que o concelho dará mais um passo significativo em frente, a área social também não foi esquecida e assim irá dar continuidade às diversas ações que nesse âmbito se vêm desenvolvendo, este é por conseguinte em nosso entender um bom Plano, a Câmara e todos estamos de parabéns, vem de encontro aos anseios dos Mogadorenses, por isso da nossa parte irá merecer a aprovação inequívoca e sem reservas”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “começava por me dirigir ao meu antecessor dizendo-lhe que concordo consigo pela importância de algumas obras que aqui citou, porque são de facto importantes para o concelho, só o corrigia num aspeto, quando diz que a obra de remodelação de abastecimento de água no concelho se deve iniciar, ela não se deve iniciar, ela deve ser continuada, porque iniciada já está há muito tempo, está é parada há dois anos que este Executivo a mantém parada, se ela for retomada e a remodelação da rede de águas for

→
Feh

continuada será bom, eu, já várias vezes nesta Assembleia me referi a esse assunto é de facto importante que seja feito. -----
Quanto ao assunto que estamos a tratar do Plano de Atividades e Orçamento para 2016 e no que à minha freguesia diz respeito, tenho a dizer que este é um documento desvirtuado, e é desvirtuado porque, este Executivo o desvirtuou, o Plano de Atividades e Orçamento deve ser um guião que deve servir de condutor da atividade do Executivo durante o ano a que se refere, ora já em 2015 e referindo-me uma vez mais ao assunto das águas da minha freguesia, em 2015 o Plano já continha verbas, salvo erro duzentos ou trezentos mil euros, já não estou certo, para a remodelação da rede de águas da minha freguesia, esse Plano não continha verbas, pelo menos eu não as vi lá explícitas para comprar banquinhos de jardim, nem para fazer a remodelação do campo de jogos, obra que eu aplaudo, mas que considero que não é prioritária, prioritárias são as águas, até porque o campo de jogos, se está feito, está bem feito, mas temos ali a cinquenta metros de distância um pavilhão que podia resolver os problemas, um pavilhão desportivo que pode ser utilizado, apenas a cinquenta metros, era preciso definir prioridades, e a obra prioritária em Bemposta, têm que se convencer que é de facto a remodelação da rede de águas, porque já vem em Plano há muito tempo e também foi promessa eleitoral do PS, não foram os bancos, nem foi a remodelação do campo de jogos e se queremos credibilizar a política e os políticos e não andar aqui a dizer uma coisa e depois no dia seguinte fazer outra, também temos que ter um bocado a preocupação de nos cingirmos às promessas que fazemos, de lhe darmos valor para que as pessoas acreditem em nós, senão não vale a pena andar aqui, mesmo com verbas e com a disponibilidade financeira que a Câmara tinha e tendo o projeto já executado que o Senhor Vice-presidente já me disse aqui, eu ainda não o vi mas disse-me que tinha o projeto elaborado, gostava de o ver, quando tiver oportunidade agradecia que o disponibilizasse sobretudo no que se refere à repavimentação das ruas, acho que os Presidentes de Junta nas freguesias devem ser tidos e achados e devem dar a sua opinião em relação àquilo que vai ser feito, gostava de o ver, que me fosse facultado, mas dizia eu, com o projeto feito e com disponibilidade financeira boa que esta Câmara tinha no início de 2015, agora já não tem tanta, não fizeram a obra, o que prova que de facto desvirtuaram o Plano, não lhe deram atenção nenhuma, isto vai de encontro àquilo que eu venho dizendo é que de facto a atividade desta Câmara nestes dois primeiros anos foi claramente a do pagamento de favores políticos referentes às eleições de 2013 e preparam-se agora para os dois últimos anos de mandato fazerem já a preparação para as eleições de 2017, porque este é claramente um Plano eleitoralista e é eleitoralista porque toca muitas obras, muito abrangente de facto, mas com a quantidade de verbas que tem inscritas para elas e com a já manifesta incapacidade de captação de verbas para as realizar duvido que

a grande parte delas seja feita, mas em abril de 2017 cá estaremos para o avaliar, assim sendo e posto isto e dado que o facto de as obras estarem aqui inscritas em Plano não dá garantia nenhuma de que elas sejam executadas, eu farei depender o meu sentido de voto de uma pergunta clara que lhe vou fazer, atendendo a que já existe projeto, atendendo a que ainda há disponibilidade financeira no Município para lançar a obra, entendo que meio ano será um período de tempo mais do que razoável para lançar essa obra. Senhor Presidente, ou senhor Vice-presidente, não sei quem é que me vai responder, quero que me digam se sim, ou não, se até meio do ano de 2016 a obra vai ser lançada, porque disso eu farei depender o meu sentido de voto”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: *“sobre este ponto, os eleitos do PSD, no geral entendem que este documento é extremamente importante, dado que reflete ou devia refletir a visão do Executivo para o concelho. Nesta medida quando analisamos o seu conteúdo, verificamos que o mesmo não passa de uma amálgama de intenções desprovidas de estratégia e que apenas visam iludir os mogadourenses em geral e as freguesias em particular. Em nossa opinião dada a boa situação financeira do Município era possível fazer mais e melhor. Verifica-se que estão contempladas várias ações, mas será que não podiam ter dotações maiores? Era possível fazer mais, elaborando um documento que desse mais relevância no apoio à ação social, à educação, à agricultura e fundamentalmente à criação de emprego. Era possível fazer melhor fazendo as coisas transparentes com correção e com independência que se exige a quem tem o poder de decidir, o que não se tem verificado nos últimos tempos. Dito de outra maneira, o atual Executivo tinha por obrigação apresentar um Plano que para além de refletir uma grande preocupação com a captação de votos, deveria mostrar aos mogadourenses de uma forma muito mais clara que concelho iremos ter no final do mandato, ou quiçá daqui a cinco ou seis anos, constata-se que a generalidade das freguesias estão contempladas neste documento, será que são obras pretendidas pelos habitantes? Assim sendo os eleitos do PSD entendem que o conteúdo deste documento responsabiliza em primeiro lugar quem o elaborou e em segundo lugar aqueles que o vão executar. Que percentagem do PPI vai ser executada? 50%? Então para quê um valor tão elevado que não é exequível? Os eleitos do PSD estarão atentos à sua execução e não deixarão de denunciar toda e qualquer anormalidade que se venha a verificar ao longo de 2016. Dito isto a posição dos eleitos da bancada do PSD deverá ser a abstenção, reconhecendo e admitindo posições divergentes, dado tratar-se de um documento relevante para as freguesias ”*. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “só vou responder ao senhor Presidente da Junta António Martins, e isto porquê?

57
Deh

Porque tenho que responder exatamente na sequência dos avisos que o Governo anterior ficou de abrir e que até ao momento estão como estão, o aviso para a remodelação da rede de águas ficou de ser aberto em junho, depois em agosto, depois em setembro e até agora ainda não abriram o aviso, não lhe posso responder qual é a data em que podemos garantir que a obra esteja, ou não a concurso”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Presidente eu acho que fui bem explícito ao frisar aqui que a disponibilidade financeira da Câmara e o contributo em termos financeiros que a freguesia de Bemposta e os terrenos da freguesia de Bemposta dão para o que a Câmara arrecada de receita, são mais do que suficientes para o lançamento da obra, acho que não depende de financiamentos, nem de avisos, nem de candidaturas, o que falta é claramente vontade política da Câmara para lançar essa obra, portanto se assumirem que não têm vontade política de lançar a obra o meu sentido de voto será um, com esta resposta não fiquei claramente esclarecido, portanto eu não estarei em condições de uma vez mais me deixar aqui eludir votando um Plano quando não tenho garantias de que a obra lá constante seja executada”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Vamos colocar o ponto 2.2 a votação. -----

-----**2.2 Apresentação das Grandes Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o Exercício de 2016” – Análise e deliberação.** -----

-----O ponto foi aprovado por maioria com um (1) voto contra, vinte (20) abstenções e vinte (20) votos a favor. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “em sintonia com o que eu já disse antes e atendendo a que eu frisei aqui uma obra que é absolutamente importante, é uma questão de saúde pública, foi promessa eleitoral de todas as forças políticas que concorreram às eleições, está em Plano de atividades e Orçamento há pelo menos dois anos, ainda nada foi feito, atendendo a que a Câmara tem disponibilidade financeira, atendendo a que a Câmara já tem o projeto executado, não me foram dadas garantias de que a obra seja lançada, portanto daí o meu sentido de voto ser contra este Plano, porque não dá garantias nenhuma da execução da obra”. -----

- -----Vamos passar ao ponto 2.3. -----

-----**2.3 Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS 2016 - Análise e deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “o que vimos aqui propor para aprovação à Assembleia Municipal é exatamente a fixação da participação variável do IRS 2016 daquela a que o Município tem direito, que são 5% que agora é obrigatório também, anteriormente a Lei dizia que tinha sempre direito aos 5%, nós temos agora que manifestar exatamente essa intenção, o que nós propomos aqui é a redução para cada um dos nossos Municípios, a redução de 50%, ou seja 2.5% da percentagem dos 5%

que o Município tem direito”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Vamos colocar o ponto a votação. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----**2.4 Construção da Variante da Zona Industrial ao IC5 – Aprovação do Projeto de Alterações – Declaração de Interesse Público Municipal para Efeitos de Ocupação de Áreas da REN - Reserva Ecológica Nacional – Análise e deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “o que nós trazemos agora à aprovação da Assembleia Municipal, tem a ver com uma deliberação já anteriormente tomada aqui e também por unanimidade relativamente à declaração de interesse público municipal da construção da variante da zona industrial ao IC5 e face ao nosso pedido junto da comissão de coordenação para que seja desafetada da Reserva Ecológica Nacional a área que tinha sido anteriormente pedida é-nos exigido agora que face à alteração do projeto, ou seja não efetuaremos o eixo nº2 que seja efetuado também a retificação entre aspas, da área a desafetar com redução de quinhentos e dezanove metros e sessenta e três centímetros quadrados, ou seja anteriormente os senhores já tinham aprovado a desafetação e considerado a declaração de interesse público daquela área, o que vimos agora pedir é que seja revogada a anterior tomada de posição e que seja declarada de interesse público municipal a área novamente com uma extensão total de vinte e um mil, cento e doze metros quadrados”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “gostaria que em próximas situações desta natureza e no sentido de haver uma maior informação aos membros da Assembleia não era descabido de todo, termos aqui um quadro eletrónico e alguém fazer a informação para que todos pudéssemos ver o espaço, a área, porque o que diz aqui é aprovação do projeto de alterações, onde está? Naturalmente foi discutido na Câmara, mas nós aqui a única coisa que lemos é aprovação do projeto de alterações mas não sabemos qual, acreditamos na boa-fé do Executivo que o aprovou e nós, penso que, também temos sensibilidade para isso, mas em futuras situações análogas eu pedia à Câmara que dessem uma informação mais detalhada, é evidente que o desenho a cores fica caro mas um quadro eletrónico aqui para explicarmos o que é que se pretende não ficará assim tão caro uma vez que o Município dispõe deles”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “depois das explicações do senhor Presidente, fiquei de facto com algumas dúvidas em relação ao que é que se entende com alterações ao projeto, o senhor Presidente falou aqui na supressão de um eixo da via o que suponho que irá ser um acesso ao IC5 com apenas um eixo para cada lado, não é isso? Fiquei realmente com dúvidas, se pelo menos na zona de subida e atendendo a que é uma zona com um declive bastante acentuado desde a zona industrial até lá em

27
Rel

baixo ao L5, se pelo menos a zona de subida não tiver duas faixas, acho que se está a criar ali um problema para depois nunca mais ser resolvido, acho que deve ser muito bem ponderado isso e que nos expliquem realmente o que é que vai ser alterado e que pelo menos a faixa de subida tenha as duas vias”. -----

► **DANIEL RIBEIRO** usou da palavra e disse: “em relação a esta questão já não sei muito bem às quantas ando e acredito que não seja o único, a III fase já sabemos o que foi, estamos aqui no âmbito da variante, eu penso que há-de ser desta forma, mas se estiver errado, corrijam-me, o projeto da variante resulta do âmbito de uma candidatura na bolsa de mérito, da possibilidade deixada como legado do Executivo anterior, acho que isso é consensual da possibilidade de candidatura à bolsa de mérito, penso também que já existia do Executivo anterior um projeto que este Executivo Municipal no âmbito dos seus poderes legitimamente decidiu não adotar, à parte disso tudo bem, no entanto a mim custa-me a crer como é que surge este tipo de problema. O atual Executivo manda realizar um projeto, não sei bem a quem e na execução vemo-nos confrontados com o facto de o projeto cair em cima, passe a expressão, da Reserva Ecológica Nacional, o que não me parece de todo para quem projeta que seja um erro de palmatória, eu fui pesquisar e procurei na página da CCDRN que diz que a Reserva Ecológica Nacional é uma estrutura biofísica que integra o conjunto de tipologias que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. Assim, aplica-se a esta estrutura um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos, identificando-se usos e ações compatíveis com os objetivos desse regime nas diferentes tipologias. A REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentável do território. Na região do Norte a REN encontra-se delimitada Município a Município com exceção do concelho do Porto, que não é abrangido de acordo com a Portaria 1041/91 de 11 de outubro. É possível encontrar os mapas, basta consultar este *site* e lá aparecem, imprimir parte da informação e diz-nos o seguinte: REN de Mogadouro tem a data de 19/10/1996, está publicado, o diploma de aprovação é o Decreto-Lei 176/96 de 19 de outubro, eu pergunto como é que isto foi possível, como é que o projetista não previu, não viu os mapas existentes, como é que isso veio a acontecer. Nada contra e sempre a favor daquilo que beneficie o concelho e há-de se aprovar qualquer declaração de interesse público, não é isso que está em causa, mas o que é facto, é que tem de se ver quem, e tem que se apurar o porquê de certas coisas acontecerem, de facto não me parece crível, não me parece que alguém dê este tipo de erros de palmatória e gostava que se pronunciassem acerca do facto, isso conduz-nos à segunda questão, qual e espero ver respondido, espero ser respondido sem subterfúgios qual será a implicação destes atrasos, parecem-me ser atrasos, no que toca ao

financiamento. Será que vamos perder financiamento? Será que não vamos perder financiamento? Na eventualidade de se perder financiamento como se vai ... vai ser o erário público, o dinheiro de todos nós que vai ter de cobrir este buraco que eventualmente exista? Isto resulta das minhas dúvidas e portanto gostava de ser esclarecido em relação a isso”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Presidente era só uma pequena dúvida, o ponto 2.5 tem alguma coisa a ver com o ponto 2.4? *O senhor Presidente da Assembleia respondeu que não.* Sobre o ponto 2.4 o senhor Presidente afirmou que nos é proposto aprovar uma nova declaração de utilidade pública e de revogar a anterior, se é necessário revogar a anterior teria que constar da ordem de trabalhos tal, ou ainda pode ser acrescentada? *O senhor Presidente da Assembleia disse: este ponto vem na sequência do que foi deliberado na Câmara Municipal que é precisamente o que se acha aí exarado.* Se calhar fui pouco claro. *O senhor Presidente da Assembleia disse: limitámo-nos a transcrever aquilo que a Câmara nos pediu em termos de exigência da Assembleia Municipal.* Eu estou a fazer a pergunta em função das declarações do senhor Presidente, o senhor Presidente do Executivo na sua intervenção inicial sobre este ponto da ordem de trabalhos afirmou: é proposto fazer uma nova declaração de interesse público sobre determinada parcela e será necessário revogar o interesse público atribuído a outra. A minha pergunta é, se é necessário revogar tem que constar aqui da ordem de trabalhos ”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o termo revogar não consta aqui no ponto mas está implícito, porque primeiro lemos a certidão e na certidão diz assim: *Divisão de Serviços Integrados da Presidência - Construção da Variante da Zona Industrial ao IC5 – Declaração de Interesse Público Municipal para Efeitos de Ocupação de Áreas da Reserva Ecológica Nacional – Análise e Deliberação* e no ponto 2 diz: *da sessão da Assembleia Municipal, datada de 19 de junho de 2015 que tomou entre outras uma deliberação com o seguinte teor: declarar o interesse público municipal de que se reveste o projeto para o fim de recorrer à Ação de Relevante Interesse Público para efeitos de ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional, da empreitada denominada Construção da Variante da Zona Industrial ao IC5* e depois continua, são quatro folhas e de acordo com as exigências, julgo que da CCORN, à Câmara Municipal este assunto foi novamente presente à reunião e penso que para a obra ter pernas para andar com algumas interrogações apresentadas aqui pelo anterior membro, a Câmara pede-nos agora novamente que nos pronunciemos sobre a necessidade de interesse para a região, esta revogação foi um adjetivo que aplicou o Senhor Presidente aqui oralmente, não fui eu, eu apresentei o que aqui está escrito e o que peço à Assembleia é que se pronuncie sobre o ponto da ordem de trabalhos, a revogação é um facto, tem que haver uma revogação, mas foi um adjetivo que ele aplicou e

que não vem na certidão, em termos de exigências à Mesa não poderei adiantar muito mais”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Presidente eu quero-lhe agradecer por me ter explicado tão bem aquilo que eu já tinha percebido antes de o Senhor falar, agora o que está em causa é se é ou não necessária uma revogação da declaração de utilidade pública anterior para agora fazer esta nova, a minha pergunta é tão simples como isso, é uma questão de metodologia, uma questão de processo que é para amanhã não andarmos a dizer olha esquecemo-nos daquilo, é só por isso que eu estou a falar”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “tem razão, porque de facto no penúltimo parágrafo da certidão na sequência da deliberação da Câmara diz: *foi ainda deliberado revogar as deliberações anteriormente tomadas, na parte respeitante a este assunto, uma, tomada na reunião de nove de junho de 2015 e a outra, tomada na reunião de vinte e quatro de novembro de 2015* que carece de autorização da Câmara Municipal, o senhor membro tem razão, porque a nós também nos compete revogar a decisão que tomámos, agora uma coisa é a revogação que o próprio Executivo fez entre si como Câmara, outra coisa é que nós proferimos uma deliberação no sentido de apoiar o interesse público, mas também tem que ser revogada para tomarmos outra, agora com a vossa autorização podemos pôr aqui neste ponto, senão teríamos que fazer outra reunião só por isso, ele tem toda a razão, obrigada por estar sempre atento. Então ficaria: Construção da Variante da Zona Industrial ao IC5- Aprovação do Projeto de Alterações – Declaração de Interesse Público Municipal para efeitos de Ocupação de Áreas da REN - Reserva Ecológica Nacional – Revogação das deliberações anteriormente tomadas – Análise e deliberação. -----

-----Tenho que pôr a votação porque carece da aprovação de 2/3. -----

-----Aprovado por unanimidade”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “começo por esclarecer o senhor Presidente da Junta de Bemposta António Martins dizendo-lhe que efetivamente o que tivemos que suprimir foi o eixo dois, porque estava na zona de proteção da zona industrial que nós não podemos durante três anos alterar, o eixo dois, penso que ia por trás da fábrica dos cogumelos, aquele eixo foi retirado, o eixo um, fica na mesma com as duas vias, o eixo um é desde o nó da *Ascendi* até cá em cima à rotunda, esse fica na mesma com as duas vias, não se mexeu, só se suprimiu porque foi a própria Comissão de Coordenação que sugeriu isto, tem havido um bom entendimento entre a Comissão de Coordenação, o projetista e a câmara, já anda num impasse há algum tempo, mas para se resolver foi sugestão da Comissão de Coordenação suprimirmos esse eixo. Nesse sentido também respondo ao doutor Daniel dizendo exatamente o mesmo, este financiamento está suspenso, mas no entanto temos uma pré-candidatura de

acesso a zonas industriais, um pré-aviso de candidatura até 31 de janeiro, ou seja nós temos necessidade de juntar esta documentação ao processo de pré-candidatura, algumas zonas industriais perdendo o financiamento anterior do quadro comunitário anterior podem agora fazer e portanto nesse seguimento estamos atentos a essa situação para não perdermos o financiamento, para não ficarmos sem nenhum, é por isso mesmo que também temos interesse em que a Assembleia se pronuncie sobre isso, mas dizer-lhe também doutor, que esta obra não entrou em bolsa de mérito, esta obra entrou em *overbooking*, na altura que a lançámos e que foi financiada, pena é que tenha surgido esta questão e tecnicamente, como o senhor sabe, ultrapassa a área política que é a nossa, deveriam ser logo os técnicos a ver este conjunto de problemas que havia aqui na zona em que se pretendia construir a variante”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não havendo mais intervenções coloco a votação o ponto 2.4. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.5 Reconhecimento de Interesse Público Municipal (Decreto-Lei N.º 165/14, de 05 de Novembro) – Análise e deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “o que trazemos agora aqui tem a ver com o Decreto-Lei 165/14 de 05 de novembro e o que vimos pedir à Assembleia Municipal por uma questão de agilizar todos os processos que temos em mãos, ou que irão estar em mãos relativamente a atividades industriais, atividades pecuárias, operações de gestão de resíduos, revelação e aproveitamento de massas minerais em que todas as construções que estejam fora da zona do PDM sejam declaradas de interesse público municipal e assim depois não temos que trazê-las, como sabem este Decreto exige que cada uma das construções seja aprovada pelos senhores como declaração de interesse público municipal, o que nós estamos aqui a propor, por uma questão de agilizar é todas as que estão fora do PDM, todas as que estão dentro do PDM terá que ser analisado caso a caso e virão aqui à Assembleia para aprovação, porque é da competência da Assembleia o interesse público municipal destas construções. Dizer-vos também que relativamente a esta questão, é uma questão que se estão a debater os Municípios, já foi pedido através da Comunidade Intermunicipal o alargamento do prazo, neste momento ainda não temos nenhum *feedback* sobre isso, mas também convém, já agora os senhores Presidentes de Junta, esses avisos já andaram pelas Juntas de Freguesia, façam o favor de dizer aos proprietários, os nossos fiscais da Câmara já fizeram esse levantamento e avisaram os proprietários, mas convém dizer-lhe que têm que fazer o requerimento independentemente do interesse público municipal das construções fora do PDM, têm que requerer, se tiver uma, faz um requerimento, se tiver mais que uma construção tem que fazer mediante as construções que cada um dos proprietários possuir, sendo certo que mesmo

declarado o interesse público municipal essas construções ficam sempre sujeitas à aprovação quer das condicionantes do LCNF nalguns casos e também da aprovação por parte do Ministério da Agricultura, portanto isto não é assim uma coisa tão vaga quanto parece, o que nós propomos aqui é exatamente que os senhores deliberem no sentido de agilizar quem tem as construções fora do perímetro urbano, do interesse público municipal dessas construções, sendo que não quer dizer que fiquem automaticamente legalizadas”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “senhor Presidente estive atento à sua intervenção, mas faltou aqui uma coisinha pequena, isto acaba a três de janeiro se não houver prorrogação do Governo, agora diga-me uma coisa, há quanto tempo tem esse documento na gaveta para vir aqui? Não foi a semana passada que saiu esse Decreto-Lei para vir à Assembleia, agora diga-me se isto da prorrogação do prazo não for aprovado por o Governo acaba a três de janeiro e hoje estamos a dia dezoito ”. -----

► **TERESA VILARIÇA** usou da palavra e disse: “relativamente ao ponto 2.5 eu tenho a dizer o seguinte, ao ler a ata nº 20 e não nº 19 do dia 24 de novembro e a certidão a que deu origem sobre o tema reconhecimento de interesse público municipal sobre o Decreto-Lei Nº165/14 de 05 de novembro ficámos sem saber o que é proposto para deliberação, pois na reunião do dia vinte e quatro o Executivo deliberou reconhecer como interesse público municipal a regularização de todas as atividades económicas existentes no concelho de Mogadouro, dentro e fora do perímetro urbano e na certidão extraída da ata dessa reunião deliberou reconhecer como interesse público municipal a regularização de todas as atividades económicas existentes no concelho de Mogadouro fora do perímetro urbano, o que agora o senhor Presidente nos confirmou, fora, pelo que há aqui uma contradição, é necessário esclarecer em que é que ficamos. Consideramos de interesse público todas as atividades localizadas dentro e fora do perímetro urbano, ou apenas as que estão fora? Se considerarmos apenas as que estão fora, como é que vão regularizar todas as outras? Estão devidamente identificadas todas as explorações e todos os requerentes? O Decreto-Lei que não nos foi entregue e em meu entender deveria ter sido, prevê a apresentação conjunta de pedidos de regularização por mais do que um requerente, no entanto devem ser verificados os requisitos e a ponderação e decisão autonomamente, bem como a fundamentação para cada um dos pedidos, por este facto devíamos ter pelo menos uma listagem de todos os requerimentos que deram entrada nos serviços municipais, como não temos esta lista para poder verificar caso a caso e já que o tratamento deste assunto é muito genérico deve ficar salvaguardado o interesse de todos as explorações, o interesse de todos os requerentes, seja qual for a atividade a que se referem, seja industrial ou pecuária, qualquer uma. Da informação da senhora Arquitecta fica claro que

as explorações e portanto todas as explorações sejam elas de interesse industrial ou pecuário devem ser analisadas uma a uma, pois poderão ter tratamento diferente, no entanto ficamos com a ideia que esta informação dela não foi levada em conta, ficamos sem saber se as explorações que estão dentro do perímetro urbano, mas suficientemente afastadas das habitações para poderem ser colocadas fora do solo urbano em sede de revisão do PDM vão ver a situação resolvida e quando. No que respeita às desconformidades referidas na Lei, estas desconformidades têm a ver com estarem localizadas em solo identificado da REN da RAN, do ICNF ou Rede Natura, ou até de outros interesses nacionais e municipais, é tudo muito vago, não estão identificadas estas desconformidades para cada requerente, nós não sabemos quem são os requerentes, sabemos que há vários requerimentos entrados pela informação que retirámos da ata da reunião e da certidão, entraram vários pedidos, mas que nós não temos como os analisar, portanto vamos esperar que em conferência decisória sejam aceites estes fundamentos genéricos, porque aquilo que nós vamos hoje aprovar será muito vago, muito genérico, não temos como fazer a análise caso a caso, já que é assim vamos procurar que realmente não fique ninguém prejudicado. Não podemos esquecer que o prazo para a entrada dos processos devidamente instruídos incluindo este documento da Câmara que faz parte do processo, o documento em que é reconhecido o interesse público do local onde está implementada a exploração tem que ser incluído no processo e tem que dar entrada nos organismos competentes até dia dois de janeiro de 2016, peço desculpa ao Branco, é dia dois e não dia três. É verdade que já foi pedida a prorrogação do prazo, a CIM já teve esse cuidado, várias pessoas já tiveram esse cuidado, a Direção Regional já pediu o alargamento, mas até agora nada está decidido e o prazo tem que se considerar o que temos, e muitas vezes acontece, sei por experiência, só sabemos da prorrogação do prazo um dia ou dois antes, se acontece tudo bem, e se não há essa prorrogação, temos que salvaguardar estas situações, portanto é preciso ter isso em conta. Resumindo, este assunto foi tratado tardiamente, o que é estranho, pois é de grande importância para a economia local, e este Decreto é de 05 de novembro de 2014, mesmo admitindo que a Câmara não tenha sido informada de imediato, não foi com certeza, mas já passou muito tempo, e como diz o ditado, depressa e bem não há quem, vamos fazer agora o possível para que os nossos agentes económicos não fiquem prejudicados ”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “tenho que ressaltar aqui duas situações, o documento não estava na minha gaveta, nem está, porque quem tem que ter preocupação em fazer o requerimento e legalizar as coisas não é a Câmara, a Câmara está aqui a tentar agilizar a quem não se preocupou desde abril, porque em abril nós fizemos avisos, dia catorze de outubro até nos órgãos de comunicação social, nos jornais,

saiu um aviso em nome da CIM a alertar para a legalização disto, os proprietários é que têm que pedir a legalização, não é a Câmara, a Câmara está aqui a pedir exatamente a agilização do processo, mas se quiserem nós trazemo-los aqui todos, fazemos reuniões extraordinárias e aprovam um a um, tecnicamente e respondendo aqui à engenheira Teresa Vilariça, tecnicamente quem tem que se pronunciar são os técnicos, não somos nós, nem são os senhores. A ata que lhe fizeram chegar e peço desculpa só foi aprovada dia oito de dezembro, essa ata que a senhora tem aí em mãos não devia ter ido para si nem para nenhum membro, vamos ter que chamar atenção quem lhe fez chegar essa ata, porque ela só foi aprovada dia oito e está lá retificada de certeza absoluta porque essa questão foi levantada por nós, são as que estão fora do perímetro urbano, as que estão dentro do perímetro urbano tem que ser visto caso a caso”. -----

► **TERESA VILARIÇA** usou da palavra e disse: “aquilo que nós vamos deliberar é apenas os que estão fora, se o prazo não é alargado como é que nós vamos neste período de tempo analisar requerimento a requerimento os que estão dentro, vamos rezar para que seja alargado o prazo e se não é? Eu entendo essa posição, deverá ser analisado caso a caso, mas quando, em que tempo? E quando é que nós vamos deliberar essas decisões?” -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “senhor Presidente o que o senhor disse aqui disse muito corretamente, mas estamos aqui quatro pessoas, membros desta Assembleia que salvo erro no dia oito de dezembro, se não estou em erro tivemos a reunião na CIM em Bragança e foi debatido lá, “primeiro de dezembro”, obrigada Gonçalves, houve colegas seus Presidentes de Câmara, informaram lá, que pediram a técnicos da Câmara para adiantar o serviço, para ter o serviço completo nesta altura, o senhor se calhar também teve reuniões com esses Presidentes em que foi debatido isso e o senhor não teve em conta ajudar os agricultores, porque é que não pôs os técnicos da Câmara a ajudar os agricultores para resolver a questão?” -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “há sempre suspeições que são levantadas e eu fico muito magoado quando isso acontece e portanto tenho que responder, vou responder diretamente ao Zé Branco, os meus colegas debatem-se com o mesmo problema e para ficar a saber, os nossos fiscais acabaram o levantamento no final do mês de novembro, para ter uma ideia andaram no terreno, está aqui um que por acaso também é Presidente de Junta, sabe muito bem o trabalho que tiveram para fazer o levantamento disso, fizeram o levantamento e têm um *dossier* se estão dentro ou fora do perímetro urbano, do parque natural, se está dentro da reserva natural”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “por aquilo que eu percebi de facto..., e a questão que a membro Teresa Vilariça colocou foi de facto a pronúncia da Assembleia Municipal num espaço tão

curto, tão limitativo como está estatuído na Lei, se a Lei leva a que este assunto seja tratado até dois de janeiro, hoje é dia dezoito, há escassos dias, não quer dizer que não seja possível, todavia aquilo que eu consegui perceber é que esta Assembleia se devia pronunciar sobre este ponto há mais tempo atrás visto que a Lei saiu em 2014, acho que foi essa a questão que levantou, porque é assim até a nós próprios a sociedade civil nos pode interrogar, mas como é que a Assembleia Municipal aprova uma deliberação com poucos dias de sustentabilidade? Acho que devemos ter os pés bem assentes na terra e por isso temos a opinião de nos exprimirmos de acordo com aquilo que pensamos, nesta perspetiva vou colocar este ponto a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto 2.6. -----

-----**2.6 Regulamento Municipal de Funcionamento da Universidade Sénior em Mogadouro – Análise e deliberação.** -----

► **JOANA SILVA** usou da palavra e disse: “quanto ao assunto que está agora em análise, após alguns contactos, algumas solicitações de vários munícipes sobre a existência, ou não, ou da probabilidade de existir, ou não uma Universidade Sénior municipal no município de Mogadouro à semelhança de outros municípios de outros concelhos, nós decidimos também levar essa iniciativa a cabo, apresentamos um regulamento ao Executivo, o regulamento foi aprovado por unanimidade, já esteve em fase de discussão pública, neste momento está nas vossas mãos deliberar a aprovação, ou não, se querem, ou não, ver constituída uma universidade para experimentarmos, apelando desde já às inscrições e ao voluntariado então também para possíveis professores na universidade sénior que poderá ser agora aprovada aqui na Assembleia Municipal”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “relativamente a este ponto também me congratulo que ele viesse aqui hoje a esta Assembleia, porque de facto é um sinal claro inequívoco de que todos nós nos preocupamos com as camadas mais velhas no sentido de terem uma ocupação livre e útil de muito do seu tempo que de outra forma lhe induz algumas doenças que não se justificam, portanto temos aqui um conjunto de oportunidades em que as pessoas desde a aprendizagem do francês por causa das nossas geminações, desde o domínio do inglês, do desenvolvimento mental, das artes, etc., pode ser perfeitamente exequível, portanto pedia o vosso apoio para a aprovação, é a primeira vez que eu digo isto, aprovação deste ponto 2.6, porque também me satisfaz a mim, dada a grandiosidade deste projeto para o nosso concelho”. -----

► **SANDRA MESQUITA** usou da palavra e disse: “relativamente a este ponto é uma grande iniciativa para o concelho de Mogadouro, porque nós detetamos e vimos a detetar que cada vez a nossa população está mais envelhecida, os tempos livres das pessoas cada vez se tornam mais

37
Leh

necessários para não caírem na solidão de estarem em casa sem atividades, vou sugerir que posso ser uma das futuras voluntárias para poder dar o meu contributo nos conhecimentos, na aquisição de novas tecnologias, eu posso considerar-me, se houver essa possibilidade, ajustando os meus tempos livres, contribuir para ser uma das possíveis formadoras, professora deste projeto”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “complementar apenas que no decurso da admissão tanto se pode ser aluno, como professor, há partes em que se pode ser aluno e também há partes em que se pode ser professor, tudo na mesma instituição. -----

-----Vou colocar a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.7 Apoios Concedidos às Freguesias/União de Freguesias do Concelho de Mogadouro – Pedido e Apoio Concedido à Junta de Freguesia de Vale da Madre de Tinta para Pintar o Cemitério, o Antigo Depósito de Água e a Escola Primária - Para conhecimento.**-----

-----Sendo apenas para conhecimento e não havendo intervenções vamos passar ao ponto 2.8. -----

-----**2.8 Mapa de Compromissos Plurianuais - Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos - Para conhecimento.** -----

-----Não havendo intervenções passamos ao ponto 3.-----

-----**3. Outros assuntos.** -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “quero muito deixar aqui à consideração deste Executivo o total desprezo pelo abandono da limpeza de conservação das valetas entre as bermas na estrada que liga a zona industrial, mais propriamente à rotunda de Vale da Madre cujos silvados e as carvalheiras já invadem a estrada, julgamos que o investimento já efetuado merece mais cuidado, mais preservação e menos incúrias de V. Exa. -----

-----Também dou aqui os parabéns à Câmara pela excelente obra que fez, que já devia ter sido feita, desde o armazém da Câmara, à futura rotunda do IC5 à zona industrial, a pavimentação que fez, mas diga-me uma coisa, o que é que foi metido por baixo desse alcatrão? -----

-----Senhor Presidente relativamente a uma questão que o senhor pôs aqui, que já trinta anos que conduz sem acidentes, espero que continue assim, mas esclareça-me uma pequena situação que eu tenho dúvidas, fala-se aí na opinião pública, já algum tempo se falava, houve algum acidente com algum carro da Câmara conduzido por si em Castro Vicente? E esse carro foi composto em Macedo de Cavaleiros?” -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Presidente isto correu mais ou menos bem, até as votações foram por unanimidade exceto uma que eu respeito e compreendo do senhor deputado António Martins, não podia ter tomado outra atitude uma vez que não se considerou

esclarecido pela intervenção do senhor Presidente da Câmara, é facto que o senhor Presidente da Assembleia foi induzido em erro no método de votação, porque como o senhor porta-voz da bancada do PSD tinha dito que se iam abster, a bancada era a totalidade e depois de facto apareceu um membro da bancada que não, o senhor foi induzido em erro, não teve culpa da metodologia que usou, por mim está desculpado. -----

-----Senhor Presidente queria-lhe agradecer as ofertinhas que hoje aqui nos fez, foi um dia de dádivas, até houve aqui uma dádiva, ainda bem que houve, foi uma dádiva insólita, partiu de um Deputado Municipal que é simultaneamente advogado, o Senhor Daniel Ribeiro, deu aqui conselhos de borla, coisa que os advogados não costumam dar, portanto até nisto hoje a coisa correu bem. -----

-----Fui pela primeira vez à casa mortuária, com agrado reparei que tinha duas salas, uma para pessoas religiosas e outra, penso que aquela onde irei parar, para ateus, lamento contudo que esta Câmara continue a manter como a anterior manteve um mau relacionamento com o português, a transcrição que está lá feita no vitral, não sei se retirada de um evangelho, se da bíblia, não faço ideia, eu sou pouco perito nessas leituras, está escrito num português que não é o acordo ortográfico moderno, nem antigo, nem do meio, não é nenhum, não sei quem é que escolheu aquele texto, mas estou em crer que aquilo é retirado duma edição brasileira de protestantes, católicos, jeovás, não me interessa, de alguém foi, mas que está escrito em português canhestro isso está, seria bom que se tentasse resolver essas e todas as outras anomalias de português que maltratado anda por aí por escritos municipais. -----

-----Queria felicitar a Câmara pela instalação e bom funcionamento do chamado centro de convívio intergeracional onde eu vou com frequência e me encontro com gente da minha idade, mais velhos e mais novos, portanto felicitar a Câmara, de facto a sugestão aqui feita pelo munícipe Mário Neto teve acolhimento e é muito positiva. -----

-----Queria solicitar ao senhor Presidente do Executivo, através do Senhor Presidente da Assembleia, que nos desse uma prendinha no próximo ano, isto é que pusesse o relógio da torre a funcionar, era uma prendinha que eu gostava de receber. -----

-----Por último, tenho que lamentar e gostava de saber a razão porque há dentro desta Câmara, ou dentro desta Assembleia, informação privilegiada, ouvi com agrado a intervenção da senhora deputada Teresa Vilariça, foi muito útil, a mim ajudou-me a esclarecer alguns pontos que estavam não muito claros na minha mente, mas pergunto-me, porque é que a informação só foi parar pelo menos à senhora deputada Teresa Vilariça, a mim não me veio parar informação privilegiada nenhuma, era bom que se soubesse porque é que há privilégios de informação nesta casa. A ata que chegou o senhor Presidente informou que não era a ata que devia ter chegado”. -----

► **FERNANDO MEIRA** usou da palavra e disse: “eu começava também por dar os parabéns à Câmara, porque uma das coisas boas que o 25 de abril trouxe, foi alteração de alguns nomes e penso que um dos bons nomes que trouxe foi alterar de velho para idoso, eu que já entrei nessa fase, também sou utente como o Ilídio disse desse espaço novo criado e que é frequentado por muita gente em que eles estão lá, também já ouvi dizer que aquilo era um centro de dia, que não é, um centro de dia é outra coisa, é um espaço que foi criado para utilização de um espaço que não servia praticamente para nada, na casa da cultura, é frequentado por muita gente que se reúne ali, que conversa, que canta, lancham, dou os parabéns à Câmara por isso, é um espaço criado a seu tempo e de acordo com o lema da nossa campanha que é as pessoas primeiro. -----

-----De alguma leitura que fiz às atas do Executivo verifiquei que foi apresentado pelo senhor vereador Pimentel na ata nº 19/2015 uma declaração em que lamentava as declarações do senhor Vice-presidente ao Mensageiro de Bragança em que diz que duas das cozinhas não estão a funcionar, cozinhas regionais, acusa-o inclusivamente nessa ata de ser o principal culpado delas não estarem a funcionar e diz também que elas estavam concessionadas, eu penso que essa concessão já foi no anterior Executivo e a pessoa a quem estava concessionada era o senhor Luís Moreira, se é assim que se chama. Penso também que a única alteração que ele fez e a utilização que deu àquelas cozinhas foi colocar lá publicidade na sua fachada, mais nada do que isso, nem tão pouco pagou o espaço e a concessão enquanto a teve, penso que é isso. Não sei porque é que o senhor Vice-presidente é culpado do não funcionamento daquilo, eu penso que isso é escamotear uma obra que se pensava que ia ter algum resultado e que não tem, porque já foi posta duas ou três vezes a concurso, ninguém concorre, de maneira que vai ser, das duas uma, ou quase oferecida para a utilização, ou então é uma coisa que não tem grande interesse. -----

-----Na ata nº 18/2015 o senhor vereador João Henriques chamou a atenção do senhor Presidente por não terem convidado o ex-presidente da Câmara, doutor António Machado, para as inaugurações que se efetuaram, nomeadamente a zona industrial e mais algumas, o senhor Presidente na mesma reunião assumiu essa falha e a senhora vereadora Joana também se lamentou que isso tivesse acontecido, mas argumentou que a falta de experiência fez com que isso pudesse ter acontecido, eu queria recordar uma coisa a todos, é que o anterior Executivo esteve lá doze anos, as últimas eleições foram praticamente no início de Outubro, a feira dos Gorazes foi aberta salvo erro no dia catorze de outubro, entretanto já havia por resultado das eleições um novo Presidente da Câmara que ainda não tinha tomado posse, alguém o convidou para a abertura da feira dos Gorazes? Ninguém o convidou e no entanto eram doze anos de experiência, mas enfim. -----

-----Numa outra ata as mesmas pessoas acusaram o senhor Presidente de falta de ética por ele ter dito na inauguração da zona industrial o seguinte: *foi no decurso do primeiro mês do meu mandato que fui convidado a apresentar a candidatura da III fase da zona industrial à bolsa de mérito*, ele só disse isto, e é falta de ética uma coisa destas? Porquê? Porque se calhar se esqueceu de colocar lá uma placa com o nome do anterior? Não sei o que é. Onde é que é falta de ética? Não foi no primeiro mês que ele foi convidado? Não foi convidado? Não sei o que é que aconteceu, talvez fosse melhor em vez de estarem com estas situações, encontrar alguma utilidade para algumas coisas, como por exemplo para as cozinhas regionais, não é? Ou então para a garagem da Biblioteca, talvez aí pudessem guardar o tal cilindro que não está à vista e como aquilo é descampado ou aberto possa ser visto”.-----

► **ESTER PARRA** usou da palavra e disse: “trago aqui um livrinho que eu chamo a bíblia do bom político, isto diz assim: Constituição da República Portuguesa, declaração dos direitos universais do homem, vou ler aqui apenas três artigos para que ninguém tenha a tentação de me interromper e de me mandar pôr música a Bemposta, o artigo 13º diz assim: todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a Lei, ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou social, depois temos o 27º que diz assim: todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem, ou por qualquer outro meio, bem como o direito de se informar e de ser informados sem impedimentos nem discriminações, o ponto 2 diz: o exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura, ponto 3: as infrações cometidas no exercício destes direitos ficam submetidas aos princípios gerais de direito criminal ou do ilícito de mera ordenação social, sendo a sua apreciação respetivamente da competência dos tribunais judiciais ou de entidade administrativa independente nos termos da Lei, o ponto 4 diz: a todas as pessoas singulares ou coletivas é assegurado em condições de igualdade e eficácia o direito de resposta e retificação bem como o direito a indemnização pelos danos sofridos, 51º diz assim: associações e partidos políticos, o ponto 1 diz: a liberdade de associação compreende o direito de constituir ou participar em associações e partidos políticos e de através deles concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e a organização do poder político, o 2: ninguém pode estar inscrito simultaneamente em mais de um partido político, nem ser privado do exercício de qualquer direito por estar ou deixar de estar inscrito em algum partido legalmente constituído. -----

-----Os direitos são iguais para todos e os deveres também, mas os

senhores Presidentes de Junta em relação a mim têm mais direitos e mais obrigações. -----

-----Quero entregar um comunicado ao senhor Presidente da Assembleia, porque refere a Assembleia, por isso é que eu lho entrego.-----

-----Na última Assembleia falou-se aqui do acolhimento aos refugiados, eu disse posso falar um pouco, não fui refugiada, mas fui emigrante, emigrei com dezassete anos, fui uma emigrante sem papéis e nesse aspeto tenho algum conhecimento do que se passa e como a gente se sente num país estrangeiro, sem meios e sem saber o idioma, como se falou aqui de muitas obras e de os acondicionar, eu queria trazer aqui, já lhe mostrei os meus direitos por não ser Presidente de Junta, não fui eleita mas tenho os mesmos direitos, verifica-se não só em Bemposta, acho que em todas as aldeias, que há muitas paredes caídas, inclusivamente em Bemposta há uma que dá muito mau aspeto, por onde passa a procissão, e olhando para o interior vê-se uma cama de ferro, umas redes daquelas antigas das camas entre outros objetos bastante antigos e bastante deteriorados e eu diria, não haveria a possibilidade de reabilitar, de acordo com os proprietários, reabilitar essas velhas paredes e fazer delas, adaptá-las, já nem digo bem para os refugiados, mas por exemplo eu ainda há dias falava com um casal jovem da aldeia e diziam-me precisávamos de uma casa, já falámos nesta pedem-nos tanto, falámos na outra, pedem-nos tanto e nós não temos possibilidades, eu penso se não haveria a possibilidade de fazer um projeto, ou como lhe chamem e reabilitar essas paredes e dar essas casas em renda social, chamemos-lhe assim, e que pagassem a renda todos os meses e depois de tantos anos tivessem direito à escritura e à propriedade sobre essa casa, lanço esta proposta, se houver possibilidade, não é só a minha aldeia, mas penso que são todas que estão na mesma situação, daria muito melhor aspeto, a minha é uma aldeia de fronteira, temos bastantes turistas e realmente seria bastante favorável”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “dona Ester, eu também já li os excertos da declaração dos direitos do homem, muitos de nós já lemos, aquilo é um documento extensivo, acho que não era necessário estar aqui a lê-los porque estão ao alcance de qualquer pessoa que os queira conhecer. -----

-----Relativamente ao papel que me entregou eu leio aqui comunicado à população, mas no verso diz o Presidente da Junta, portanto não sei porque é que a senhora me entrega isto a mim, se dissesse comunicado à Assembleia Municipal tinha que o ler, assim não vou lê-lo, vou lê-lo se calhar daqui a um bocado, ou logo, ou amanhã, porque isto é um comunicado à população, esta é a Assembleia, como tal não vejo razão para estar a ler isto, vou lê-lo para mim e tirarei as conclusões que tirar, mas não tem nada a ver com a Assembleia Municipal”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhora vereadora da

Educação, penso que será a que tem o pelouro da Universidade Sénior, quando andar à procura de alguém para lecionar Direito na Universidade Sénior lembre-se desta Assembleia. -----

-----Senhor Presidente da Assembleia queria-lhe fazer uma pergunta diretamente para si, porque penso que é da sua responsabilidade as comissões que são emanadas desta Assembleia, se tem conhecimento ou foi informada alguma comissão com as obrigações ou com o intuito de fiscalizar as condições nas escolas nomeadamente na escola de Bemposta, é que passou lá recentemente uma fiscalização e detetou problemas graves, não sei se tem conhecimento de alguma comissão que trate desses assuntos. *O senhor Presidente da Assembleia respondeu que da parte dele, não.* Está respondido. -----

-----Tinha aqui outra intervenção, mas entretanto o senhor Meira saiu, eu não gosto de falar, não é que ponha em causa nada contra o senhor Meira, bem pelo contrário, mas vem na sequência de uma intervenção que ele fez. *O senhor Presidente da Assembleia disse que isto ficava em ata que não eram precisos retransmissores.* Era a respeito de uma intervenção que eu também tinha feito e era para lhe dizer simplesmente, como fica em ata, ele terá oportunidade de a ler, que o meu sentido democrático me diz que as vitórias, são de facto vitórias e são legítimas, seja por um voto, por sete, por onze, por mil, por aqueles que sejam, a legitimidade nunca estará em causa, agora a expressividade das vitórias depende da percentagem de votos que alguém tem em relação aos concorrentes, digamos assim, eu não gosto de dizer adversários, foi por isso que eu disse que a vitória desta Câmara foi ridícula, porque foi pouco expressiva, se calhar o termo não foi o mais correto mas a ideia é esta. Agora na sequência disto também há uma coisa que gostava de dizer ao senhor Meira, ficará em ata e ele poderá ler é que uma vitória, é sempre uma vitória e um vencedor é sempre um vencedor, nunca três derrotados, poderão formar um vencedor, mas há mais, tenho que concordar com o chavão do Costa, do Costa, o golpista, porque ele ainda terá que provar que perdendo pode fazer algo de útil e de positivo pelo país, porque como ele disse e eu concordo e este Executivo socialista aqui em Mogadouro tem-se encarregado de comprovar que quem ganha por pouquinho apenas pode fazer pouquinho. -----

-----Termino esperando e desejando que na próxima Assembleia Municipal possamos ter ali no lugar do quadro do Professor Aníbal Cavaco Silva, sua Excelência o senhor Presidente da República, que não caiu de podre, há-de sair quando terminar dignamente o mandato dele e que no lugar da fotografia dele possamos ter a fotografia do Professor Marcelo Rebelo de Sousa”. -----

► **EVARISTO NEVES** usou da palavra e disse: “eu há uns tempos atrás noutra Assembleia, não gostei da forma como alguém se dirigiu ao nosso Presidente da República, da mesma forma que hoje não posso deixar em

37
Ler

claro a forma como se dirigiu ao nosso Primeiro-ministro, portanto senhor António há que respeitar quem é eleito”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “quando fui interrompido porque alguém da Câmara queria falar, eu também ia precisamente dizer que o doutor António Costa, golpista, ou não golpista é o nosso Primeiro-ministro e sendo Primeiro-ministro temos que aceitar, votando, ou não votando nele, mas é o nosso Primeiro-ministro, institucionalmente é a terceira figura do Estado, Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-ministro, quer gostemos, ou não gostemos é o nosso Primeiro-ministro, como ainda é o nosso Presidente da República a figura do Professor Cavaco Silva e o resto não fazemos apologias aqui sobre outro tipo de referência, às vezes são excessos de vocabulário que sentimos cá na alma, mas traduzidos para a expressão temos que ser mais cautelosos”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “vou ser muito breve senhor Presidente, mas não posso deixar passar em claro mais uma vez e agora, porque as suspeições continuam e é aqui publicamente que o vou fazer já, dizer ao senhor José Branco que vai ter que provar em tribunal esse famoso acidente em Castro Vicente, porque isso já não permito, que alguém levante suspeição sobre isso, fica bem claro que vai fazer essa questão no Ministério Público e depois seguiremos em frente, porque quem levantou essa suspeição, o senhor depois terá que dizer a essa pessoa que justifique que fui eu que andei com carro ou sem carro, por acaso nem sei quando é que se refere, nem estou preocupado. -----

-----Dizer também que é pena que não esteja aqui o senhor Mário Neto hoje, mas que fiquei muito contente pela forma como ele interveio aqui e de facto o centro entre gerações acabou por se instalar mais rápido ainda do que aquilo que estava previsto num lugar onde tem tido um excelente acolhimento pela parte de toda a gente. Eu fico muito contente que haja várias pessoas, de várias idades que frequentam esse centro e felizmente tem sido um sucesso sem custos para o Município porque há bocado falou aqui que lancham, eles levam o próprio bolinho, as próprias bebidas. -----

-----Obrigada doutor Ilídio Martins pela casa mortuária, levantou a certeza, eu não sei se aquilo está em latim, eu também não percebo latim, e o relógio da torre garanto-lhe que falei com o senhor Adérito porque era ele que dava corda ao relógio, ela já não se sente em condições de o fazer, pedimos-lhe a ele para falar com o sobrinho se pudesse ir lá diariamente dar-lhe a corda ou alguém até dentro do Município, mas parece que aquilo não é assim tão fácil quanto isso, se calhar vamos ter que alterar o relógio da torre, não como está, mas com outro sistema”.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra à Segunda Secretária da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----

-----A Segunda Secretária da Mesa, Maria Teresa Cordeiro Afonso, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- Finda a leitura da ata o senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

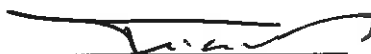
-----Às treze horas e vinte minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio,



(Maria Isabel Sarmento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Ilídio Granjo Vaz)

¹⁾ Esta ata é constituída por 18.095 palavras, distribuídas por 38 páginas.